

**Acende Brasil sugere mudanças na realização dos leilões de energia**

Por Wagner Freire, de São Paulo (SP)

*Para instituto, modelo esta longe de alcançar a máxima eficiência*

O principal instrumento utilizado pelo governo para coordenar a expansão do setor elétrico é o leilão. No entanto, na visão do Instituto Acende Brasil o atual modelo, instituído em 2004, precisa ser revisto. Nesta sexta-feira (04/10), durante a Conferência Brazil Energy Frontiers, Claudio Sales, presidente da entidade, chamou a atenção para a situação dos empreendimentos de geração e transmissão em desenvolvimento. Apenas 27% dos projetos de geração em construção encontram-se dentro do cronograma. Na transmissão, 35% estão no prazo.

Para Sales, esse cenário reflete um planejamento falho. Na opinião do Instituto, os leilões são realizados com pouca antecedência, estabelecendo cronogramas irrealistas. Na esteira disso, acumulam-se a demora na liberação de licenças ambientais, interrupções e paralisações das obras por causa de liminares, manifestações sociais e greves. Sem falar na falta de sincronia no planejamento entre a geração e a transmissão.

Para reverter esse cenário, o Instituto propôs aprimoramentos. Manter a regularidade dos leilões para permitir o planejamento plurianual, antecipar as licitações para que os A-5 e A-3 não se transformem em A-4 e A-2. Sugere também licitar a transmissão já com a licença previa, bloquear a atuação de grupos "oportunistas", disciplinar o mercado de gás natural e fazer cumprir os contratos para não minar a credibilidade dos leilões.

Do ponto de vista da contratação de energia, visando evitar distorções na matriz elétrica, o Acende Brasil sugere redefinir o formato de contratação dos produtos, de modo que sejam capazes de atender as carências particulares de cada sistema.

As distribuidoras declarariam sua necessidade demandada de cada produto. A Empresa de Pesquisa Energética homologaria a quantidade de cada produto que cada empreendimento poderá ofertar. Durante o leilão os preços relativos se ajustariam de acordo com a dinâmica competitiva de cada um dos produtos. Os preços relativos finais resultantes do ultimo leilão balizariam os preços do próximo certame.

**Alternativa 1**

Uma das alternativas de contratação sugerida pelo Instituto seria a "segmentação horizontal da curva de carga por submercado". Os produtos poderiam ser diferenciados por flexibilidade operacional – modulável e fixa por submercado.

A energia modulável consistiria de blocos de energia que seriam alocados temporalmente pelo comprador de forma a atender a carga, restrita a limites pré-especificados. A diferenciação da energia nesses diversos produtos permitiria uma

“valorização dessa flexibilidade operacional e da localização das usinas que melhor atendem as necessidades do sistema”.

### **Alternativa 2**

Outra opção, segundo o Acende, seria a “segmentação horizontal e sazonal por submercado”. Os produtos seriam diferenciados por estação (seco e úmido), por flexibilidade operacional (ponta e base) e por submercado (N, NE, SE-CO, S).

“Essa diferenciação adicional permite distinguir o período do ano em que a energia é disponibilizada, o que permite valorar a capacidade de regularização sazonal de reservatórios hidrelétricos e fontes que apresentam complementaridade sazonal (geram no período seco)”, propõe o Instituto.

### **Alternativa 3**

A terceira alternativa seria a “segmentação por capacidade e energia”. O leilão por “capacidade” buscaria assegurar o balanço estrutural, com contratos de longo prazo, receita fixa anual para geradores, compra compulsória por todos os agentes (a expansão seria custeada por todos os agentes, inclusive do ACL).

Já o leilão de “energia” seria realizado para atender a carga, com contratos de médio a curto prazo. O incentivo a contratação seria “hedgiar” o preço do mercado a vista. Empreendimentos novos e existentes podendo vender energia sem distinção.